

Ata N.º	04/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 04/2016 DE 04 DE MARÇO

----- Aos **quatro** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e dezasseis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência, e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita registada em três de março de 2016, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e cinquenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Feriado Municipal de 2 de março.** -----

----- O Sr. Presidente informou que as comemorações do feriado municipal de 2 de março correram muito bem. A efeméride ficou marcada pelo lançamento do Roteiro Turístico Cultural de Vila Nova de Paiva da autoria do Prof. Dr. João Inês Vaz, entretanto recentemente falecido, de alguma maneira homenageado na apresentação da obra, superiormente efetuada pelo Sr. Dr. Agostinho Ribeiro, Diretor do Museu Nacional de Grão-Vasco, de Viseu, convidado por este Município para o efeito. Nas cerimónias foram também homenageados alguns funcionários pela antiguidade em funções. As cerimónias contaram também com a presença de antigos presidentes da Câmara Municipal e funcionários aposentados do Município. -----

----- **b) Homologação da conta relativa ao exercício de 2010 (Processo n.º 18.047/2010) – Recomendações.** -----

----- O Sr. Presidente deu conta ao Executivo que de acordo com o constante no ofício n.º DVIC/1820/2015, de 14 de dezembro, do Tribunal de Contas, registado nesta Câmara Municipal em 11 de janeiro de 2016, foi dado conhecimento à Assembleia Municipal, na sua última sessão ordinária realizada no passado dia 29 de fevereiro, da homologação da conta do Município relativa ao exercício de 2010 e respetivas recomendações. -----

----- Mais referiu o Sr. Presidente que de acordo com aquele ofício, no prazo de seis meses deve ser dado conhecimento ao Tribunal de Contas do grau de acatamento das recomendações formuladas. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 19 de fevereiro de 2016**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pelo Sr. Presidente. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Ana Patrícia Nunes Ferreira Paiva, do Touro** – Por requerimento registado em 12 de fevereiro de 2016 apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva pelo nascimento em 02 de fevereiro de 2016, de segunda descendente, Matilde Ferreira Paiva – Análise da candidatura – Informação n.º 21-USC-16, de 24-02-2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de mil euros, nos termos e condições previstos na alínea b) do n.º 2 do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **b) Maria de Lurdes dos Santos Rebelo, do Touro** – Por requerimento registado em 11 de fevereiro de 2016 apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva pelo nascimento, em 17 de dezembro de 2015, de segunda descendente, Íris Rebelo Sousa – Análise da candidatura – Informação n.º 20-USC-16, de 24-02-2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de mil euros, nos termos e condições previstos na alínea b) do n.º 2 do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

Ata N.º	04/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **c) Novo regime do arrendamento apoiado aprovado pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 26 de fevereiro de 2016, de aprovação de minuta de contrato de arrendamento de habitação social e minuta de aditamento ao contrato de arrendamento para as situações de alteração da composição do agregado familiar. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 26 de fevereiro de 2015, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. A Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, veio proceder a uma nova regulamentação legal do regime do arrendamento apoiado para habitação e regula a atribuição de habitações neste regime, revogando a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis n.ºs 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio (regime da renda apoiada).

2. O diploma legal entrou em vigor em 1 de Março de 2015, aplicando-se, nos termos do seu art.º 39.º, aos contratos celebrados após a data da sua entrada em vigor, e também aos contratos já existentes ao abrigo de regimes de arrendamento de fim social, nomeadamente de renda apoiada e de renda social e à ocupação de fogos a título precário.

3. O novo regime do arrendamento apoiado aplica-se ao arrendamento e subarrendamento relativo às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam.

4. Aplica-se, ainda, ao arrendamento de habitações financiadas com apoio do Estado que, nos termos de lei especial, estejam sujeitas a regimes de renda fixada em função dos rendimentos dos arrendatários.

5. Entre outros impedimentos para efeitos de elegibilidade para o arrendamento apoiado, destacam-se os seguintes:

a) Ser proprietário, usufrutuário, arrendatário ou detentor a outro título de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado a habitação;

b) Estar a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais;

c) Ter beneficiado de indemnização em alternativa à atribuição de uma habitação no âmbito de programas de realojamento.

6. Exceciona-se do disposto no número anterior as seguintes situações:

a) Quando se faça prova, até à data da celebração do contrato de arrendamento apoiado que, cessou a situação de impedimento;

b) Quando o cidadão invoca que o prédio ou a fração não está em condições de satisfazer o fim habitacional, cabendo aí ao senhorio a avaliação da atribuição ou da manutenção do arrendamento.

7. A fórmula que permite o cálculo do montante da renda é alterada, introduzindo-se o conceito de indexante de apoios sociais. Assim, a renda é determinada pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor, arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula: $T = 0,067 \times (RMC/IAS)$ em que:

T = taxa de esforço;

RMC = rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

IAS = indexante dos apoios sociais.

8. A atribuição das habitações de rendas apoiadas pode ter lugar através de:

a) Concurso por classificação, que tem por objeto a oferta de um conjunto determinado de habitações e visa a atribuição das mesmas em arrendamento apoiado aos indivíduos ou agregados familiares que, de entre os que concorram no período fixado para o efeito, obtenham a melhor classificação em função dos critérios de hierarquização e de ponderação.

b) Concurso por sorteio, que tem por objeto a oferta de um conjunto determinado de habitações e visa a atribuição das mesmas em arrendamento apoiado aos indivíduos ou agregados familiares que, de entre os que preenchem os critérios de acesso ao concurso estabelecidos pela entidade locadora e que tenham concorrido no prazo fixado para o efeito, sejam apurados por sorteio.

c) Concurso por inscrição, que tem por objeto a oferta das habitações que são identificadas, em cada momento, pela entidade locadora para atribuição em regime de arrendamento apoiado aos candidatos que, de entre os que se encontram, à altura, inscritos em listagem própria, estejam melhor classificados, em função dos critérios de hierarquização e de ponderação estabelecidos para o efeito pela mesma entidade.

9. No que diz respeito à duração do contrato de arrendamento, este é agora celebrado pelo período de 10 anos, findo o qual é renovado por períodos de 2 anos, salvo estipulação diversa.

10. Surge, assim, a necessidade de alterar a minuta de contrato de arrendamento de habitação social, de modo a adequar o respetivo conteúdo à legislação em vigor.

Ata N.º	04/2016
Livro N.º	Folha N.º
37	

11. De acordo com o art.º 18.º do novo regime, o contrato de arrendamento apoiado é celebrado por escrito, sempre que possível através de documento eletrónico com assinatura eletrónica qualificada, devendo conter, pelo menos, as seguintes menções: o regime legal do arrendamento, a identificação do senhorio, a identificação do arrendatário ou arrendatários e de todos os elementos do agregado familiar, a identificação e a localização do locado, o prazo do arrendamento, o valor da renda inicial e a forma de atualização e de revisão da mesma, o tempo, o lugar e a forma de pagamento da renda, a periodicidade da apresentação da declaração de rendimentos do agregado familiar, que não pode ser superior a três anos, bem como o valor real da renda sem o apoio.

12. Por outro lado, nos termos do art.º 28.º, n.º 2, do mesmo regime, é da competência da câmara municipal as decisões relativas ao despejo, sem prejuízo da possibilidade de delegação, cabendo-lhe ordenar e mandar executar o despejo, podendo, para o efeito, requisitar as autoridades policiais competentes.

Nesta conformidade, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a minuta de contrato de arrendamento anexa, e a minuta de aditamento ao contrato de arrendamento anexa, para as situações de alteração da composição do agregado familiar, a utilizar nos arrendamentos efetuados pelo Município de Vila Nova de Paiva ao abrigo do novo regime do arrendamento apoiado.”

----- Foram também presentes à reunião as minutas de contrato de arrendamento de habitação social e de aditamento ao contrato de arrendamento para as situações de alteração da composição do agregado familiar, que fazem parte integrante da presente ata, e cujas cópias vão ficar arquivadas na pasta anexa dos assuntos presentes às reuniões camarárias. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe, e respetivas minutas de contrato de arrendamento de habitação social e de aditamento ao contrato de arrendamento para as situações de alteração da composição do agregado familiar. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

This image shows a full page of handwriting practice paper. It features ten sets of horizontal guidelines. Each set consists of a solid black top line and a dashed black bottom line, providing a structured space for practicing letter formation and alignment. The margins are consistent throughout the document.